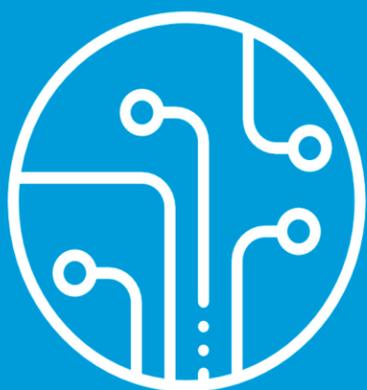


# PUBLICIDADE LEGAL



## EDIÇÃO DIGITAL



ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO  
ACESSE: [VERIFICADOR.ITI.GOV.BR](https://verificador.iti.gov.br)

EDIÇÃO 5323  
RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



Goiânia, Sexta-feira 21 de abril de 2023

# Gazeta do Estado

MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ: 86.902.053/0001-13

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais
Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Passivo e patrimônio líquido, Circulante, Não circulante. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Em milhares de reais
Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2020, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Saldos em 31 de dezembro de 2022. Rows include Dividendos pagos, Aumento de capital com reservas, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), empresa localizada no município de Alto Horizonte, no Estado de Goiás, na Fazenda Genipapo, Rodovia GO 347, sem número, é uma Companhia anônima de capital fechado. Em 2019 a Companhia passou por processo de troca dos seus acionistas de forma que foi controlada, até 05 de julho de 2019, pela Yamana Brazil Holdings B.V. (uma subsidiária da Yamana Gold Inc. cujas ações são listadas nas bolsas de valores de Toronto - TSX e de Nova Iorque) e a partir dessa data, pela LMC Brazil Holdings B.V. (antiga Yamana Brazil Holdings B.V.), uma subsidiária da Lundin Mining Corporation, cujas ações são listadas nas bolsas de Toronto (TSX) e da Suécia (Nasdaq Stockholm Exchange). As atividades da Companhia compreendem a produção e a venda de recursos minerais nos mercados interno e externo, principalmente concentrado de cobre, e as atividades relacionadas a exploração, extração, processamento, reconstituição de minas, pesquisa e transporte, bem como a participação em outras companhias. A Companhia vem atuando na exploração da mina Maracá, instalada no norte do Estado de Goiás, na região denominada Chapada. As atividades de exploração iniciaram-se em novembro de 2006, e a produção comercial foi iniciada em fevereiro de 2007. Durante o ano 2014 foi iniciada a produção da área denominada Corpo Sul. A Companhia também possui outras áreas com potencial exploratório, sendo Suruba, Santa Cruz, Sucupira e Saúva. A Maracá é uma mina de minério de cobre a céu aberto ("open-pit"), com instalações de moagem produtoras de concentrado de cobre. O concentrado de cobre corresponde ao minério de cobre que por meio de um processo de moagem das rochas e da mistura com água e reagentes, passa a apresentar entre 23% e 25% de cobre fino, ouro e outros tipos de minério em menor representatividade. Seu processamento em 2021 foi de aproximadamente 23 milhões de toneladas (24 milhões de toneladas em 2021) produzindo aproximadamente 45.739 toneladas de cobre contido (52.019 toneladas de cobre contido em 2021) e 67.906 onças de ouro (75.929 onças em 2021) - informações não auditadas. A vida útil remanescente da operação está estimada em 30 anos (2025). A Companhia é dependente da controladora no que se refere a financiamento, algumas estruturas administrativas e de governança. Os fluxos de caixa da Companhia, assim como a sua lucratividade, são afetados por diversos fatores, tais como níveis de produção, capacidade de extração de minérios das rochas, custos ambientais e de reconstrução de terrenos das minas, preços de "commodities", taxas de juros e flutuações nas taxas de câmbio. Apesar de a Companhia buscar constantemente o gerenciamento dos riscos pertinentes a tais fatores, muitos deles são voláteis e definidos por condições de mercado e, consequentemente, a Companhia está exposta a essas incertezas.
2 Apresentação das demonstrações financeiras
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, prevista na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
2.2 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas ou recebidas em troca de ativos ou passivos. Os itens do balanço são classificados como circulante se o recebimento ou pagamento é previsto para até 12 meses. Itens com prazo superior são classificados como não circulante. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.
2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A Administração, após análises da operação e dos negócios da Companhia sobre a aplicabilidade do pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, concluiu que o dólar norte-americano é a moeda funcional da Companhia. Essa conclusão é baseada no ambiente de negócios da Companhia, com receita operacional decorrente dos minérios explorados, cujos preços são determinados no mercado internacional e transacionados na moeda norte-americana, o que foi considerado fator determinante na definição da moeda funcional. As transações em reais e outras moedas que não o dólar norte-americano foram convertidas em dólares norte-americanos, pelo método da taxa de câmbio histórica, pelo qual os itens monetários da posição financeira são convertidos pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios, e os itens não monetários são convertidos à taxa de câmbio na data da transação, sendo as variações reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Ganhos na conversão". A moeda de apresentação é o real; portanto, as demonstrações financeiras foram convertidas em reais utilizando os seguintes critérios:
• Ativos e passivos são convertidos utilizando a taxa de fechamento nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais desses itens são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial";
• Contas de patrimônio líquido - os saldos iniciais foram convertidos pela taxa vigente à época efetiva das transações (histórica). As mutações ocorridas no exercício, que não sejam decorrentes do resultado do exercício, foram convertidas pelas taxas vigentes nas datas dessas transações; e
• Contas de conversão - exceto pelos montantes correspondentes à receita de vendas, que são convertidos aos valores equivalentes aos montantes históricos em dólar norte-americano, as receitas e despesas foram convertidas utilizando as taxas de câmbio médias de cada mês.
3 Resumos das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.
3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:
• Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imóvel os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
• Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
• Alteração ao IFRS 3/ CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências à versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
• Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais
Table with columns: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Despesas operacionais, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Resultado financeiro, Lucro líquido do exercício. Rows include Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Despesas operacionais, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais
Table with columns: Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

embarque ou em data próxima, conforme estabeleceu o contrato com o cliente. No fim de cada período é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das "commodities" para os respectivos meses em que ocorrerão seus acertos finais (emissão das faturas finais). As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após recebimento e análise das "commodities" (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelo cliente), são valorizadas com base no preço das "commodities" em época próxima ou posterior ao recebimento, conforme estabeleceu o contrato. O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre. A Administração, tendo em vista o histórico de realização das contas a receber de clientes, não identificou a necessidade de constituir provisão para perdas.
3.5 Estoques: Controlados na moeda funcional, por meio de conversão por taxas históricas e demonstrados ao valor em reais correspondente à conversão do custo incorrido na mineração e produção pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os estoques incluem o minério extraído da mina sujeito aos processos de britagem e beneficiamento, assim definidos como produto em elaboração e produto acabado (concentrado de cobre), armazenados no depósito localizado na própria sede da Companhia e no depósito terceirizado localizado na região portuária do município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Estes são registrados pelo menor valor entre o custo de produção e seu valor líquido realizável. Como estratégia operacional em sua produção de concentrado de cobre a Companhia prioriza o consumo do minério extraído que apresente maior teor de metal contido, estocando o minério que apresenta menor teor, o qual se encontra registrado como ativo não circulante, uma vez que sua perspectiva de realização possui prazo superior a 12 meses. Materiais de almoxarifado são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo de produção por ocasião do consumo ou da constatação da obsolescência.
3.6 Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos encargos financeiros incorridos durante a construção ou o desenvolvimento de projetos, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para ajuste ao valor recuperável, controlado em dólares norte-americanos, por meio de conversão por taxas históricas e demonstrado ao valor em reais correspondente à conversão pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas de vidas úteis anuais mencionadas na nota explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens ou a vida útil da operação a qual estão insentidos, dos dois o menor. Encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e a vida útil determinados para o item do imobilizado que foi incorporado.
Vidas úteis médias
Table with columns: Instalações, Máquinas e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Ativos minerais, Softwares. Rows include Instalações, Máquinas e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Ativos minerais, Softwares, etc.

Os custos de aquisição de direitos minerais, propriedades, direitos de exploração e desenvolvimento/ expansão e os custos incorridos na retirada da primeira camada de solo antes de atingir o minério são capitalizados. Os custos incorridos na exploração em geral, que não efetuados para projetos específicos, são apropriados ao resultado no custo das operações correntes. Os custos relativos a projetos abandonados são revertidos ao resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos", quando tal decisão é tomada. A amortização dos custos mencionados anteriormente é realizada com base na proporção das unidades produzidas em relação às reservas provadas e prováveis de minério esperadas para extração ao longo da vida útil da mina. Em minas a céu aberto, é necessário escavar e remover terras e minério, a fim de atingir o minério de teor adequado a ser produzido. Durante os períodos pré-operacionais e de produção, esses custos chamados de "stripping costs" são capitalizados e classificados no ativo imobilizado uma vez que são custos necessários que objetivam trazer benefícios econômicos futuros à Companhia e previstos dentro do seu plano de produção. Com o início do processo produtivo, esses custos são amortizados ao longo da vida útil da área a ser explorada, com base nas unidades produzidas em relação às reservas e recursos de minério esperadas para extração ao longo do período de exploração daquela determinada área. O custo de remoção apenas de terra e minério sem probabilidade de usufruto é alocado diretamente ao custo de produção dos estoques do período correspondente à remoção. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil residual e são incluídos no resultado na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas". Os reparos e a manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.
3.7 Intangível: Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que provavelmente gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis ou a vida útil do projeto no qual estão inseridos, dos dois o menor.
3.8 Provisão para recuperação do meio ambiente: Associada à futura desativação de ativos de longo prazo, que resulta da construção, da aquisição, do desenvolvimento ou da operação normal desses ativos. As obrigações para recuperação ambiental referentes aos ativos minerais da Companhia também são registradas nessa rubrica. Tais provisões incluem a desmobilização e demolição das infraestruturas, a remoção de materiais residuais e a remediação de áreas degradadas. Esses custos estimados são contabilizados no período em que a obrigação de recuperação ocorre, mesmo que durante o desenvolvimento da mina, ou durante a fase de produção, com base no valor presente dos custos futuros. Os custos estão estimados com base no plano de fechamento da mina. As estimativas de custo são atualizadas anualmente, durante toda a vida útil das operações, para refletir os desenvolvimentos conhecidos (por exemplo, as mudanças das estimativas de custos e a vida útil esperada das operações). Os custos de recuperação são estimados com base nas exigências regulamentares e mensurados ao valor justo. O valor justo é determinado com base no valor presente líquido estimado das futuras saídas de caixa que se estima ocorrer após a recuperação e o encerramento das atividades. Essas estimativas estão sujeitas a alterações com base em mudanças nas leis e nos regulamentos e a negociações com as autoridades reguladoras. A apropriação da parcela do desconto aplicado na determinação do valor presente da provisão é registrada linearmente no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras". A provisão inicial para recuperação e restauração da mina, bem como as movimentações posteriores resultantes de novas degradações, mudanças nas estimativas de custo, alterações na estimativa de vida útil e revisões de taxas de desconto dos fluxos de caixa futuro, é atribuída ao ativo imobilizado. Os custos de recuperação e fechamento são capitalizados e amortizados ao longo da vida útil da mina com base nas unidades produzidas em relação ao total de reservas e recursos minerais.
3.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: Compreende a avaliação anual e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida no resultado do exercício por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo do ativo menos o custo de venda e seu valor em uso. Para a estimativa do valor em uso, a Companhia efetua projeções com base em fluxos de caixa descontados a valor presente, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.
3.10 Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. (a) Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável efetivo do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente nas datas de encerramento dos exercícios. (b) Impostos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSL, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro e montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais
Table with columns: Lucro líquido do exercício, Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento. Rows include Lucro líquido do exercício, Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades operacionais, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, o parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento do exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.
3.11 Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil correspondente ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido e, somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.
3.12 Benefício a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.
3.13 Juros sobre o capital próprio: A distribuição de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida inicialmente como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.
3.14 Apuração do resultado e reconhecimento da receita: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de vendas, que incluem os ajustes de preços mencionados na nota explicativa nº 4, são apresentadas pelo valor líquido de impostos. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle sobre o concentrado de cobre é transferido para o cliente, que ocorre após o carregamento do navio. Nesse momento, o cliente assume a totalidade dos riscos e benefícios provenientes do ativo, possui a capacidade de dirigir, utilizar e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes do concentrado e está comprometido em pagar o valor contratual acordado entre as partes. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente. As vendas efetuadas pela Companhia e administradas diretamente sujeitas à inspeção por parte do cliente. Nessas casos, a quantidade, a unidade e o teor de metal contido na venda são inicialmente reconhecidos de forma provisória, usando a melhor estimativa da administração cujo preço é balizado por valores de mercado determinados a cada contrato, sendo ajustados em data subsequente quando da conclusão de todas as etapas do processo de venda, variando entre 30 e 90 dias. Apesar de os preços estipulados nos contratos de venda de concentrado de cobre por parte da Companhia serem balizados em cotações de mercado, tais contratos não se encaixam na definição de instrumento financeiro derivativo pelo fato de a Companhia entregar a mercadoria física e não existir uma obrigação ou direito presente de ambas as partes de receber, entregar ou trocar ativos financeiros.
4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são constantemente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. As principais fontes de incerteza relacionadas a premissas e estimativas estão descritas a seguir:
(a) Reconhecimento da receita: A receita na venda do concentrado de cobre é valorizada com base na estimativa do preço futuro das "commodities" estabelecida pela "London Metal Exchange - LME", menos as deduções contratuais, como por exemplo a revisão do teor de minério e peso na data de embarque e no destino final, conforme estabelecido o contrato com o cliente na data esperada para fixação do preço.
(b) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas. No fim de cada exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe indicativo de que o montante registrado para seus ativos relevantes eventualmente não seja recuperável. Até as datas de encerramento dos exercícios, nenhuma evidência nesse sentido foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos exercícios, nenhum ativo apresentou valor residual superior ao seu valor recuperável.
(c) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis: A Companhia é parte em diversas causas. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja saída de recursos para liquidar a obrigação e para que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas

**MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
CNPJ: 86.902.053/0001-13

2/3

para levar em conta alterações às circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (d) **Reservas minerais e vida útil de minas:** As estimativas de reservas minerais são anualmente avaliadas e atualizadas pelos especialistas da Companhia, com a participação de outros especialistas independentes. As reservas possíveis, provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas possíveis, provadas e prováveis registradas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como "custo dos produtos vendidos". Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, e das análises de "impairment". (e) **Provisão para recuperação do meio ambiente:** Tem como objetivo principal a formação de valores de provisões, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do uso do ativo. As provisões realizadas pela Companhia referem-se, basicamente, ao fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e a desativação dos ativos vinculados à mina. A Companhia reconhece uma obrigação para desmobilização de ativos no período em que se estima que esta deverá ocorrer. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas à recuperação de áreas degradadas e aos custos de encerramento de uma mina como uma despesa de natureza operacional. O custo de encerramento de uma mina é estimado com base em estudos de engenharia e por tratar-se de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação e vida útil do ativo, considerando o estágio atual de exaustão e as etapas projetadas de exaustão de cada mina. (f) **Valorização dos estoques:** Os estoques de produtos acabados e em elaboração são registrados pelo menor valor entre o custo de produção e seu valor líquido realizável. As premissas utilizadas na valorização dos estoques de produtos em elaboração incluem estimativas sobre as quantidades de ouro e cobre contidas no processo, assim como a expectativa de seus preços de realização.

**5 Gestão de risco financeiro**  
Exploração, desenvolvimento e mineração de metais preciosos envolve inúmeros riscos como resultado da natureza inerente dos negócios, tendências econômicas e as influências das condições sociais, políticas, ambientais e econômicas locais nas várias áreas geográficas de operação. Como tal, a Companhia está sujeita a vários riscos financeiros e operacionais que podem ter um impacto significativo em sua lucratividade, instrumentos financeiros e níveis de fluxo de caixa operacionais. Em particular, os riscos financeiros incluem risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço de commodities e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria corporativa da Companhia, segundo as políticas de alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. A área de Tesouraria corporativa identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. 5.1 **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que mudanças em fatores de mercado, como câmbio, preços de commodities ou taxas de juros afetem o valor dos Instrumentos Financeiros da Companhia. Os riscos de mercado são administrados aceitando o risco ou mitigando-o através do uso de derivativos e outras coberturas econômicas. (a) **Risco de taxa de câmbio:** Sendo a moeda funcional o dólar norte-americano, a Companhia está exposta à variação da taxa de câmbio em moeda local (real), principalmente no caso de apreciação, tanto no impacto em dólares norte-americanos sobre o passivo monetário líquido denominado em reais (indicado anteriormente) quanto no custo operacional futuro. Qualquer variação (valorização ou desvalorização) de 10% na taxa de câmbio da moeda local em relação ao dólar norte-americano deverá apresentar um impacto no resultado de aproximadamente R\$ 99.124 (R\$88.206 em 2021), ganho ou perda, respectivamente. A taxa do dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5,5805 e, considerando a desvalorização de 10% no real, a taxa considerada seria de R\$6,1386. A tabela a seguir descreve a exposição da Companhia ao risco cambial e os efeitos antes dos impostos no resultado e no patrimônio líquido no final do exercício considerando-se uma alteração de 10% na moeda estrangeira para os itens monetários denominados em moeda estrangeira.

Efeito de Exposição		Efeito de Exposição	
	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	22.173	11.877	
Contas a receber	74	84.318	
Fornecedores	(208.589)	(20.859)	
Empréstimos de mútuo - partes relacionadas	(804.900)	(80.490)	
Total	(991.242)	(99.125)	

Efeito de Exposição		Efeito de Exposição	
	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	11.877	1.188	
Contas a receber	84.318	8.432	
Fornecedores	(173.355)	(17.336)	
Empréstimos de mútuo - partes relacionadas	(804.900)	(80.490)	
Total	(892.060)	(88.206)	

A análise de sensibilidade incluída nas tabelas acima deve ser usada com cautela, pois os resultados são teóricos, baseados nas melhores premissas usando dados materiais e práticos que podem gerar resultados que não são necessariamente indicativos de desempenho futuro. Além disso, ao derivar essa análise, a Companhia adotou premissas baseadas na estrutura e no relacionamento das variáveis quanto ao equilíbrio da taxa do balanço que pode diferir devido a flutuações ao longo do ano, com todas as outras variáveis consideradas permanentes. Mudanças reais em uma variável podem contribuir para mudanças em outra variável, o que pode amplificar ou compensar o efeito nos lucros. (b) **Risco de preço de commodities:** A rentabilidade e a viabilidade de longo prazo da Companhia dependem, em grande parte, do preço de mercado dos metais de propriedade da empresa, principalmente o cobre e ouro. As flutuações do preço de mercado das commodities podem afetar negativamente a operação e levar a prejuízos das propriedades minerais. Os preços do metal flutuam amplamente e são afetados por inúmeros fatores além do controle da empresa incluindo, mas não se limitando a oferta e demanda, padrões de consumo, fatores macroeconômicos (juros, câmbio e inflação), condições bancárias e políticas, e fatores específicos de mineração. As vendas de concentrado de cobre não estão sujeitas a nível local, a nenhum instrumento de "hedge" nem a nenhum outro derivativo. A exposição do balanço patrimonial da Companhia aos preços das commodities é limitada às contas a receber associadas à precificação provisória de metais contidos no concentrado vendido. Uma variação de +/- 10% sobre os preços futuros dos metais (Cu, Au e Ag) refletidos sobre saldos remanescentes em contas a receber na data do balanço com todas as outras variáveis constantes resultaria no seguinte impacto para a Companhia antes dos lucros fiscais:

Efeito no lucro líquido antes dos impostos		Efeito no lucro líquido antes dos impostos	
	2022	2021	
Cobre	17.171	16.372	

A mudança nos preços médios das commodities não teria impacto sobre Outros Resultados Abrangentes. (c) **Risco da taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2022, a maior parte da dívida de longo prazo da Companhia estava indexada em taxas fixas. A Companhia não possui swaps de taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de um terceiro não cumprir as suas obrigações nos termos de um instrumento financeiro. A Companhia está exposta a vários riscos de contraparte, incluindo, mas não se limitando a: (i) insolvências financeiras que afetem o caixa da Companhia e investimentos de mineração; (ii) empresas que não paguem o que devem à Companhia; (iii) prestadores de serviços de transporte que movimentam material da Companhia; (iv) seguradoras da Companhia; e (v) os credores da Companhia. A Companhia procura limitar risco de contraparte, celebrando acordos comerciais com contrapartes de alta qualidade de crédito, limitando a quantidade de exposição a cada contraparte e acompanhando a situação financeira das contrapartes. Além disso, o risco de crédito é ainda mais mitigado em casos específicos, a capacidade de renovar contratos de contrapartes de crédito de qualidade inferior para aqueles com classificações de crédito mais altas. Caixa e equivalentes de caixa são depositados em empresas altamente cotadas e o risco de crédito associado a esses depósitos é baixo. A Companhia vende seus produtos majoritariamente para empresas do Grupo e eventualmente a outras organizações com altas classificações de crédito. Níveis históricos de recebíveis inadimplência e saldos vencidos em condições normais de crédito são insignificantes, assim o risco de crédito associado às contas a receber também é considerado insignificante a Companhia não possui ativos comprometidos como colateral. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é a seguinte:

2022		2021	
	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa	22.173	11.877	
Contas a receber	74	84.318	
Total	22.247	96.195	

**5.2 Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco que uma entidade encontrará dificuldades em cumprir obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados por entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Considerando que as vendas da Companhia se dão majoritariamente com empresas ligadas a Companhia mitiga risco de liquidez através da implementação da sua Política de Gestão de Capital, gerindo as suas despesas de capital, fluxo de caixa previstos e operacionais, e mantendo linhas de crédito adequadas. A Companhia administra sua estrutura de capital e a ajusta de acordo com as condições econômicas gerais, características de risco dos ativos subjacentes e os requisitos de capital de giro da Companhia. Para manter ou ajustar sua estrutura de capital, a Companhia, mediante aprovação de seu Conselho de Administração, pode emitir novas quotas ou realizar outras atividades conforme apropriadas. Como parte da estratégia de alocação de capital, a Companhia pode examinar as oportunidades de alienar ativos que não os critérios de investimento da empresa.

2022		2021	
	2022	2021	
Em 31 de dezembro	208.589	173.355	
Fornecedores	(208.589)	(20.859)	
Empréstimos - partes relacionadas	(353.254)	(332.857)	
Empréstimos - terceiros	(404.832)	-	
Provisão para recuperação do meio ambiente	(27.224)	(44.411)	
Total	(1.253.395)	(1.350.612)	

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são os seguintes:

2022		2021	
	2022	2021	
Ativos financeiros pelo custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	22.173	11.877	
Contas a receber	74	84.318	
Contas a receber - partes relacionadas	599.182	1.086.027	
Total dos ativos financeiros	621.429	1.182.222	
Passivos financeiros pelo custo amortizado:			
Fornecedores	(208.589)	(173.355)	
Salários e encargos	(47.802)	(44.026)	
Empréstimos - partes relacionadas CP	(320.520)	-	
Empréstimos - partes relacionadas LP	(484.380)	(804.900)	
Empréstimos - terceiros	(404.832)	-	
Total dos passivos financeiros	(1.466.123)	(1.022.281)	

**6 Caixa e equivalentes de caixa**  
Recursos em conta corrente e em caixa  
Depósitos bancários de curto prazo

2022		2021	
	2022	2021	
Recursos em conta corrente e em caixa	321	5.249	
Depósitos bancários de curto prazo	21.852	6.528	
Total	22.173	11.877	

Os depósitos bancários de curto prazo não possuem carência e são remunerados em média entre 50% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (50% e 100% em 2021), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2022		2021	
	2022	2021	
7 Contas a receber			
Mercado interno	74	84.318	
Total	74	84.318	

O saldo de 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente a saldo a receber de fornecedor referente ao consumo de combustível e de clientes referente a venda de sucatas e óleo lubrificante usado para reciclagem. A variação no saldo de recebíveis no período refere-se substancialmente ao recebimento de prêmio de seguro correspondente à reclamação por lucros cessantes decorrentes de danos materiais a quatro motores elétricos em setembro de 2020.

**8 Estoques**  
Produtos acabados  
Pilhas de minério (a)  
Materiais de almoxarifado  
Provisão para perdas de materiais de almoxarifado

2022		2021	
	2022	2021	
Produtos acabados	40.884	98.577	
Pilhas de minério (a)	1.670.657	1.513.198	
Materiais de almoxarifado	236.449	163.449	
Provisão para perdas de materiais de almoxarifado	(9.162)	(7.064)	
Total	1.938.828	1.768.160	

**9 Impostos e contribuições a recuperar**  
PIPS e COFINS (a)  
IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido  
ICMS (b)  
Provisão para perdas de ICMS (b)  
Outros  
Provisão para perdas de PIS e COFINS  
Total

2022		2021	
	2022	2021	
PIPS e COFINS (a)	40.607	73.355	
IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido	32.013	9	
ICMS (b)	40.978	39.155	
Provisão para perdas de ICMS (b)	(38.942)	(37.545)	
Outros	2.888	118	
Provisão para perdas de PIS e COFINS	(1.000)	(12.435)	
Total	73.944	62.657	

**11 Imobilizado**  
Custo  
Saldo em 31 de dezembro de 2020  
Adições  
Transferências  
Ajustes de reavaliação anual ARO (nota explicativa no 14)  
Baixas  
Efeito de diferenças cambiais - CTA  
Saldo em 31 de dezembro de 2021

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo inicial	(7.064)	(6.624)	
Adições	(2.217)	(1.167)	
Reversão de provisão	119	727	
Saldo final	(9.162)	(7.064)	

**12 Intangível**  
Custo  
Saldo em 31 de dezembro de 2020  
Adições  
Transferências  
Ajustes de reavaliação anual ARO (nota explicativa no 14)  
Baixas  
Efeito de diferenças cambiais - CTA  
Saldo em 31 de dezembro de 2022  
Depreciação/Amortização Acumulada  
Saldo em 31 de dezembro de 2020  
Depreciação  
Transferências  
Baixas  
Efeito de diferenças cambiais - CTA  
Saldo em 31 de dezembro de 2022  
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021  
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo inicial	362.048	247.303	
Atualização de estimativa	(18.912)	200.493	
Ajustes de reavaliação da taxa de desconto anual	(95.990)	(101.245)	
Desdobros	35.505	18.503	
Saldo final	(3.824)	(3.006)	
Curto Prazo	27.224	37.400	
Longo Prazo	251.603	324.648	

**13 Fornecedores e outras obrigações**  
Fornecedores nacionais  
Fornecedores do exterior  
Total  
Em 2022, o prazo médio de pagamentos é de 30 dias (30 dias em 2021).  
A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia visa garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

2022		2021	
	2022	2021	
Fornecedores nacionais	206.031	170.985	
Fornecedores do exterior	2.558	2.370	
Total	208.589	173.355	

**14 Provisão para recuperação do meio ambiente**  
A movimentação da provisão para recuperação do meio ambiente para os

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo em 31/12/2020	119.287	119.287	
Adições	225.399	22.587	
Provisão de IRRF	(5.873)	(119.287)	
Principal	(119.287)	(97.030)	
Juros	225.399	22.587	
Saldo em 31/12/2021	225.399	22.587	

**15 Partes relacionadas**  
Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 referem-se, basicamente, a contas a receber, principalmente relacionadas à venda de concentrado de cobre para parte relacionada no exterior, fornecedores nacionais de serviços administrativos e recursos recebidos na forma de contratos de empréstimo, com prazos de vencimento preestabelecidos, demonstrados a seguir:

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo inicial	362.048	247.303	
Atualização de estimativa	(18.912)	200.493	
Ajustes de reavaliação da taxa de desconto anual	(95.990)	(101.245)	
Desdobros	35.505	18.503	
Saldo final	(3.824)	(3.006)	
Curto Prazo	27.224	37.400	
Longo Prazo	251.603	324.648	

**16 Empréstimos - terceiros**  
Os empréstimos bancários têm vencimento entre 30 e 90 dias e taxas de juros médias de 5,5% ao ano. O total dos empréstimos corresponde aos adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) durante o exercício de 2022.

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo inicial	(12.435)	(12.435)	
Reversão de provisão	11.435	-	
Saldo final	(1.000)	(12.435)	

**17 Impostos, taxas e contribuições a pagar**  
Representado por valores a serem recolhidos às Administrações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais, apurados segundo a legislação aplicável, e correspondem aos tributos (PIS/COFINS, ICMS, ISS e CFEM) e tributos retidos por responsabilidade legal (INSS e IRRF), conforme segue:

2022		2021	
	2022	2021	
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	14.012	1.928	
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	5.746	5.521	
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Terceiros	4.587	3.549	
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3.608	3.200	
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.122	9.597	
Total	55.57	4.053	

**18 Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal, com base no regime de lucro real.

2022		2021	
	2022	2021	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	360.226	360.226	
Total	360.226	360.226	

(a) A Companhia utiliza seus créditos de PIS e COFINS para pagamento de débitos tributários federais, tais como imposto de renda e contribuição social, bem como de impostos retidos na fonte. Durante o exercício de 2022, foram compensados R\$125.448 (R\$102.330 em 2021) relacionados a esses passivos tributários. (b) A Companhia vem acumulando créditos de ICMS originados das compras de materiais de almoxarifado e máquinas e equipamentos para as minas. Considerando que suas vendas ocorrem para o mercado externo, a Companhia constitui provisão para partes dos saldos destes créditos.

A movimentação da provisão para perdas com ICMS é como segue:

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo inicial	(37.545)	(33.929)	
Adições	(1.397)	(3.616)	
Saldo final	(38.942)	(37.545)	

**10 Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil**  
Custo  
Saldo em 1º de janeiro  
Adições  
Efeito de diferenças cambiais  
Saldo em 31 de dezembro

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo em 1º de janeiro	76.998	49.887	
Adições	19.097	22.273	
Efeito de diferenças cambiais	(4.567)	4.838	
Saldo em 31 de dezembro	91.528	76.998	

**Amortização acumulada (Ativo)**  
Saldo em 1º de janeiro  
Adições  
Efeito de diferenças cambiais  
Saldo em 31 de dezembro  
Saldo líquido em 31 de dezembro

2022		2021	
	2022	2021	
Saldo em 1º de janeiro	(41.839)	(15.533)	
Adições	(20.547)	(18.622)	
Efeito de diferenças cambiais	2.344	(7.684)	
Saldo em 31 de dezembro	(60.042)	(41.839)	
Saldo líquido em 31 de dezembro	31.486	35.159	

A Companhia apresenta abaixo a natureza das adições do direito de uso:

2022		2021	
	2022	2021	
Natureza	1.070	220	
Edificações	18.027	20.679	
Máquinas e equipamentos	-		

**MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
CNPJ: 86.902.053/0001-13

3/3

despesas de frete e seguro sem o correspondente destaque desses valores nos campos próprios da nota fiscal de vendas e sem integrá-los ao seu valor total. Adicionalmente o auto não admitiu a dedução de tributos incorridos na venda do bem mineral (ICMS e PIS/COFINS). A referida ação totaliza R\$61.244 (2021 - R\$ 61.244). • Ação Declaratória visando o cancelamento de créditos, declarando-se, ainda, a inexistência de relação jurídico-tributária entre as Autoras e o Estado Rêu quanto ao recolhimento do ICMS incidente sobre os referidos encargos de transmissão e conexão na entrada de energia elétrica, especialmente as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUSD) ou Distribuição (TUSD). A referida ação é de R\$ 146.353 (2021 - R\$ 137.000). • Ação referente a pedido eletrônico de ressarcimento e as respectivas declarações de compensação (PER/DECOMP) que rezeu negado, com base em créditos de COFINS não-cumulativa - exportação apurados durante o 1º, 2º, 3º e 4º trimestres do ano-calendário de 2007, no montante de R\$14.546. A referida ação é de R\$ 34.958 (2021 - R\$ 33.217). • Ação Ordinária, com pedido de tutela antecipada, objetivando o cancelamento de débitos de IRPJ e CSLL, decorrentes da glosa de créditos de PIS/COFINS apurados no 4º trimestre de 2006. Processos Administrativos nº 13116.000674/2007-33 e nº 13116.000673/2007-99. A referida ação é de R\$4.702 (2021 - R\$4.556). • Ação ordinária com pedido de tutela antecipada, objetivando o cancelamento do débito de ICMS em razão de suposta escrituração indevida de créditos, apurados no ano de 2010, decorrentes de aquisição de mercadorias e bens do auto alheios à atividade do estabelecimento, sob entendimento de serem destinados ao uso e consumo da empresa. (Óleo diesel e materiais de construção e peças de reposição) IM nº 4.0115028.183-17. A referida ação é de R\$2.833 (2021 - R\$2.732). • Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Pilar de Goiás em face da PGDM, relacionada ao Al 003/2018. A exequente alega que a PGDM é credora do Executado da importância líquida, certa e exigível de R\$ 2.224.607,36 (dois milhões duzentos e vinte e quatro mil seiscentos e sete reais com trinta e seis centavos) representada pela Certidão de Dívida Ativa nº 21, do Livro 001, pag. 21 de 25/06/2019, anexa, referente à imputação de débito devidamente formalizada em razão do não pagamento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. A referida ação é de R\$ 2.948 (2021 - R\$2.716). • Débitos relativos ao ISQN RF referente ao exercício de dezembro/2013, junto à Prefeitura Municipal de Barrocas valor de R\$ 639. A referida ação é de R\$ 1.533 (2021 - R\$ 1.246). • Manifestação de Inconformidade apresentada em face do despacho decisório que homologou parcialmente o pedido de compensação de créditos de COFINS pleiteado pela empresa no PER nº 05744.26574.291017.1.5-18-4330. A referida ação é de R\$ 274 (2021 - R\$ 250). • A MMIC foi autuada por utilizar indevidamente o benefício fiscal do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP em quatro Declarações de Importação (DIs): 17/0773829-9; 17/0575081-0 e 17/0499582-7, registradas no período de 28 de março de 2017 a 13 de junho de 2017, nas quais foi indicado o benefício suspensivo do PIS e da COFINS para bens que não se enquadram nos requisitos do regime. O Auto de Infração exige o pagamento de multa isolada "por omissão ou informação inexata ou incompleta" nas DIs, bem como PIS/COFINS - Importação incidente sobre tais operações. A referida ação é de R\$161 (2021 - R\$146). c) Processos trabalhistas - Referem-se a reclamações individuais de empregados e fornecedores de serviços, envolvendo principalmente a remuneração adicional sobre horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade. • Ação reclamatória trabalhista movida em desfavor da MMIC, cujo reclamante requereu horas extras do turno, adicional noturno, labor aos domingos e feriados, bem como os reflexos destas verbas. A referida ação é de R\$640.

**20 Patrimônio Líquido**

(a) Capital social: O capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.541.195 (R\$ 1.473.203 em 2021), composto por 6.598 (6.432 em 2021) ações ordinárias e 2.568 (2.568 em 2021) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2022	2021
Número de ações		
LCM Brazil Holding B.V.	9.165	8.999
LCM Netherlands Holdings B.V.	1	1
Total	9.166	9.000

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 ocorreram os seguintes aumentos de capital:

Descrição	2022	2021
Aumento de capital com reservas em 24 de novembro de 2021	-	273.000
Aumento de capital mediante renúncia aos juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2021	-	59.500
Aumento de capital mediante renúncia aos dividendos mínimos obrigatórios em 20 de dezembro de 2021	-	350.000
Aumento de capital mediante renúncia aos juros sobre capital próprio em 22 de dezembro de 2022	67.992	-
	67.992	682.500

(b) Direito dos acionistas: As ações ordinárias asseguram direito a voto nas Assembleias Gerais dos Acionistas, e, de acordo com o estatuto social, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações de capital social. As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso de capital, sem prêmio. O estatuto social da Companhia não define dividendos mínimos obrigatórios, mas apenas e tão somente delega o tema para a Administração, que deve recomendar os dividendos a serem distribuídos depois da constituição da reserva legal e de outras destinações legais eventualmente necessárias. Essa recomendação deve ser aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. (c) Dividendos: De acordo com o estatuto social da Companhia, será assegurado aos acionistas 25% do lucro líquido, ajustado conforme legislação, para distribuição e pagamento de dividendos. Os dividendos relativos ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	302.040	767.151
Constituição da reserva legal (5%)	(15.102)	(38.858)
Base de cálculo dos dividendos	286.938	728.293
Dividendos mínimo propostos (25%)	71.734	302.040

Valor por milhares de ações ordinárias nominativas: No dia 26 de julho e 1º de dezembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$308.974. (d) Reserva de lucros: Reserva de legal: Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 a Companhia constituiu R\$15.102 (R\$38.258 em 2021) a título de reserva legal. Reserva de lucros retidos: Tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia. Os acionistas deverão deliberar na Assembleia Geral Ordinária sobre a adequação dos saldos de reservas de lucros em obediência ao que prevê o art. 199 da Lei 6.404/76. (e) Juros sobre capital próprio: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2022 foi aprovada a distribuição de R\$ 137.548 a título de dividendos mediante a utilização de saldo de reserva de lucros do exercício de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2022 foi aprovada a distribuição de R\$ 171.245 a título de dividendos mediante a utilização de saldo de reserva de lucros do exercício de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital

próprio intercalares no valor total de R\$80.000 com base nos lucros acumulados apurados no período de onze meses em 30 de novembro de 2022, os quais foram distribuídos às sócias LMC Brazil Holdings B.V. e LMC Netherlands Holdings B.V. Na mesma Assembleia o acionista LMC Brazil Holdings B.V. renunciou aos juros sobre capital próprio, os quais foram empregados no aumento de capital através de integralização do montante de R\$ 67.992, líquido da retenção de impostos. (f) Ajustes de avaliação patrimonial: A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito dos ajustes de conversão oriundos da conversão das demonstrações financeiras de sua moeda funcional para sua moeda de apresentação.

**21 Receita líquida**  
A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Receita bruta de vendas - mercado externo	2.251.147	2.921.980
Ajuste de preço ao valor de mercado - ano corrente	97.787	70.105
Ajuste de preço ao valor de mercado - reversão ano anterior	(70.104)	(81.327)
Total da receita líquida do exercício	2.278.830	2.910.758

**22 Natureza das despesas**  
Custo dos produtos vendidos:

	2022	2021
Prestadores de serviços	(283.404)	(141.978)
Combustíveis	(269.327)	(184.344)
Utilidades, manutenção e conservação	(213.234)	(188.650)
Despesas com pessoal	(144.516)	(125.826)
Depreciação e amortização	(114.292)	(94.157)
Energia elétrica	(100.784)	(91.296)
Explosivos	(91.076)	(57.900)
Outras matérias-primas e materiais consumíveis	(79.547)	(54.805)
Bolas de aço	(69.249)	(57.338)
CFEM	(49.475)	(58.828)
Revestimentos dos moinhos	(44.818)	(39.757)
Outras Despesas	(28.222)	(21.820)
Pneus	(18.907)	(18.305)
Royalties	(13.232)	(14.568)
Reagentes Químicos	(9.382)	(10.248)
Materiais de perfuração	(8.763)	(6.524)
Seguros diversos	(6.088)	(5.556)
Total	(1.544.316)	(1.171.900)

**Despesas comerciais, gerais e administrativas:**

	2022	2021
Despesas com pessoal	(17.225)	(16.745)
Condenações judiciais	(11.934)	(3.817)
Consultorias, auditorias e processamento de dados	(10.495)	(12.987)
Prestadores de serviços	(10.067)	(9.176)
Outras despesas	(9.947)	(8.714)
Análises químicas	(5.290)	(3.951)
Outros materiais consumíveis	(3.722)	(1.241)
Ações sociais e comunitárias	(2.449)	(5.517)
Despesas comerciais	(1.729)	(161)
Gerenciamento de crise - Covid 19	(44)	(212)
Atividades de saúde, segurança e meio ambiente	(14)	24
Aquisição de áreas em leilão ANM	-	(38.956)
Provisões para contingências	-	(11.515)
Reversão de provisão para contingências	4.784	-
Total	(68.132)	(112.968)

**25 Cobertura de seguros (não auditada)**  
A cobertura dos seguros em valores, em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

Item	Tipo de cobertura	Moeda	Limite da Cobertura Básica
Seguro patrimonial mais seguro para quebra de máquinas	Danos materiais e lucros cessantes em consequência de acidentes cobertos	US\$	289.999
Responsabilidade civil	Danos corporais ou materiais causados a terceiros, incluindo empregados	R\$	9.364,66
Transporte internacional exportação	Danos materiais causados ao concentrado de cobre e outros materiais exportados	US\$	Cobertura através de programa mundial do grupo
Transporte nacional	Danos materiais causados ao transporte rodoviário do concentrado de cobre	R\$	2.500 por viagem

Item	Tipo de cobertura	Moeda	Limite da Cobertura Básica
Transporte internacional importação	Danos materiais causados aos insumos / equipamentos inerentes a atividades da companhia	US\$	2.000 por viagem
Responsabilidade civil - D&O e complementar	Responsabilidade Civil Diretores e Administradores	R\$	\$5.227 e \$49.500
Empresarial	Incêndio, Raio, Explosão, Implôso, Queda de Aeronaves ou Espaciais, Dano elétrico, Dano por água, Equipamento estacionários, Erro ou omissão, Inclusão / Exclusão / Alteração de Bens / Locais e Valores, Perda e / ou Pagamento de Aluguel, Roubo e Furto Qualificado de Bens nas Dependências do Segurado, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos terrestres e Fumaça e Despesas com regulação de sinistros	R\$	\$1.550, \$200, \$1.000, \$200, \$300, \$50, \$150, \$100, \$20, \$500, \$1.000, \$100, \$130, \$20, \$50, \$100, \$300, \$20, \$20, \$100, \$200, \$1.000, \$20
Seguro frota	Casco, Acidentes Pessoas Passageiro - APP, Responsabilidade Civil - Verba única DM / DC e Danos Morais	R\$	100% FIPE - \$250, \$210, \$50, \$10 e \$10
Responsabilidade civil do transportador rodoviário de cargas	Garantia de cobertura a indenizações de que o transportador seja obrigado a pagar em acidentes ocorridos com os veículos. Seguro obrigatório do transportador	R\$	\$2.500 por veículo
Seguro viagem	Assistência médica	US\$	150
Seguro Aeronáutico	Casco, Danos pessoais e/ou danos materiais, causados a terceiros, Abaloamento (pessoa vitimada), bagagem, danos causados a terceiros, carga despachada, danos causados a aeronaves, prejuízos financeiros e lucros cessantes	R\$	\$18 e \$500, \$84 e \$515 / \$19 e \$500, \$84 e \$515
Responsabilidade civil ambiental	Dano corporal, dano moral e/ou dano material causados a terceiros decorrentes de dano ambiental. Custo de limpeza, recuperação ambiental e resposta emergencial, decorrentes de dano ambiental. Custo de defesa incorridos por terceiros prejudicados.	R\$	5.000

**26 Transações sem efeito de caixa**  
Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais e de investimento que não envolveram caixa: • Em 22 de dezembro de 2022 a administração deliberou e aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio com base nos lucros acumulados e reserva de lucros apurados no período entre 01 de janeiro de 2022 a 30 de novembro de 2022, os quais são distribuídos às sócias LMC Brazil Holdings B.V. e LMC Netherlands Holdings B.V. Na mesma data o acionista LMC Brazil Holdings B.V. renunciou aos juros sobre capital próprio, os quais foram empregados no aumento de capital através de integralização do montante de R\$ 67.992, líquido da retenção de impostos. • Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia adquirido ativos imobilizados, dos quais R\$ 10.535 ainda não haviam sido pagos (R\$ 5.671 em 2021) com o efeito no fluxo de caixa de R\$4.863 (R\$ -21.427 em 2021). • Em 24 de novembro de 2021, foi aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas o aumento de capital no montante de R\$ 273.000, sem a emissão de novas ações, totalmente subscrito mediante a incorporação de parte do saldo de reserva de lucros. • Em 20 de dezembro de 2021 a administração deliberou e aprovou a

**23 Outras despesas operacionais, líquidas**

	2022	2021
Outras receitas operacionais:		
Outras receitas operacionais	670	9.082
Crédito extemporâneo IRPJ/CSLL	414	-
Venda de sucata	249	949
Reembolso de seguro	-	84.237
Reversão de recebíveis	-	25.709
Venda de excedente de energia elétrica	-	314
Recuperação Despesas - Plano de Pensão	-	16
Total	1.333	120.307

**Outras despesas operacionais:**

	2022	2021
Resultado com a venda de ativo imobilizado	(67.461)	(63.294)
Despesas com exploração de novas áreas ("Greenfield") (a)	(26.506)	(23.082)
Provisão para perdas de materiais de almoxarifado - resultado	(1.901)	(262)
Provisão para perdas com ICMS (b)	(1.397)	(3.615)
Outros impostos e taxas	-	(9.158)
ICMS sobre operações diversas	-	(3.248)
Outras despesas operacionais	-	(8.606)
Total	(97.265)	(111.265)
Total de outras despesas operacionais líquidas	(95.932)	9.042

**24 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e as despesas financeiras são compostas como segue:

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Outras receitas financeiras	855	310
Receita de juros sobre aplicações financeiras	424	843
Total	1.279	1.153
Despesas financeiras:		
Despesas com juros	(98.784)	(102.507)
Juros com gastos com fechamento de mina	(35.505)	(18.503)
Juros de arrendamento financeiro	(3.192)	(2.743)
Impostos sobre operações financeiras	(640)	(232)
Juros e multa no atraso de fornecedores	(101)	(50)
Despesas bancárias	(74)	(74)
Juros e multa no recolhimento de impostos	(25)	(909)
Outras despesas financeiras	(14)	(3)
Total	(138.335)	(125.021)

**Compromissos contratuais:** Em 31 de dezembro de 2022, a posição dos compromissos, principalmente para compra de energia elétrica, óleo combustível e lubrificante, serviços de movimentação de rocha e de terceiros contratados para atuarem na lavra, no transporte do minério até a planta e da planta até o porto de embarque do concentrado de cobre, era como segue:

Ano	R\$
2023	131.662
2024	78.323
2025	74.347
2026	57.776

**27 Eventos subsequentes**  
O Governo de Goiás aprovou uma nova taxa (fundefinra) a ser aplicada a partir de 2023, correspondente a 1,65% da receita bruta. Em se tratando de uma matéria constitucional, em Março de 2023 a CNI (Confederação Nacional da Indústria), representando as empresas impactadas, entrou com processo no STF a fim de questionar constitucionalidade da criação desse novo tributo. No dia 03 de Abril de 2023 o ministro do STF Dias Toffoli suspendeu a cobrança dessa nova taxa a qual será submetida a julgamento no plenário da Corte a partir do dia 14 de Abril.

**28 Aprovação das demonstrações financeiras**  
Em 13 de abril de 2023 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a sua emissão.

**Diretoria**

Luciano Antônio de Oliveira Santos  
Jean Silva Cintra  
Ediney Maia Drummond

**Contador**

André Mauricio Simões - CRC MG 095905/O-2

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
**Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 13 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.  
CRC 25P000160/O-5  
Fábio Abreu de Paula  
Contador CRC 1MG075204/O-0

**PUBLICIDADE LEGAL**  
(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL CONFORME LEI 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO ACESSO: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

**Gazeta do Estado**

O Gazeta do Estado está apto e atualizado com as novas exigências da Lei 13.818/19, para a publicidade legal em jornais (balanços e editais).

Somos o único jornal de grande circulação em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

(62) 3249-8883 / gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/  
editais@gazetadoestado.com.br / comercial@gazetadoestado.com.br

**ATENÇÃO GESTOR** LEI Nº 14.230/2021  
**PUBLICAÇÕES OBRIGATORIAS**

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em JORNAL DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Gazeta do Estado abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGENCIAS E VEICULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL